



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PMM - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL Nº 1/2018



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova.

TIPO DE PROVA

X

De acordo com o subitem 7.15.13 do Edital, cabe ao candidato conferir se a letra do **TIPO DE PROVA** constante em seu Cartão de Respostas corresponde a letra do **TIPO DE PROVA** desse Caderno de Questões recebido. Caso haja qualquer divergência, o candidato deverá, imediatamente, informar ao Fiscal de Sala e solicitar a substituição do Caderno de Questões. O Cartão de Respostas será corrigido de acordo com o gabarito do **TIPO DE PROVA** constante no seu Cartão de Respostas.

Cargo: **TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

NÍVEL:
MÉDIO II

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

(Parte integrante do Edital – subitem 13.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um cargo diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões objetivas** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões** ou do **Cartão de Respostas** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de quatro horas.
- Colabore com o Fiscal, na coleta da impressão digital.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega desse material implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido na última hora que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

TÓPICO: Língua Portuguesa

Texto 1

NIEMEYER

Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho, mais conhecido como Oscar Niemeyer, nasceu em 15 de dezembro de 1907 no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e durante anos morou na casa de seu avô, Ribeiro de Almeida, em Maricá. Casou-se em 1928 com Annita Baldo. Dessa relação teve Anna Maria, sua única filha.

Aos 23 anos foi estudar na Escola Nacional de Belas Artes. Estagiou no escritório de Lúcio Costa, onde participou do projeto do Ministério da Educação. Niemeyer ganhou o mundo com projetos ousados e revolucionários. Itália, França, Argélia e até a ONU conheceram os traços desse ousado brasileiro. É autor de vários projetos importantes no Brasil como Brasília, o conjunto da Pampulha e o Sambódromo do Rio.

“Minha família vinha de Maricá. Meu avô Ribeiro de Almeida nasceu lá. Já meu avô Niemeyer não o conheci. Sempre morei com esse avô Ribeiro de Almeida. Ele foi juiz de direito em Maricá e depois foi para o Rio. Ele chegou a ministro do Supremo, e a casa era muito frequentada. Ele era um sujeito correto. De modo que, em tempos de esculhambação, a lembrança dele é muito boa.”

CASA DE MARICÁ

A Casa de Maricá foi um presente de Horácio de Carvalho, jornalista e dono do Diário Popular. Amigos desde a juventude, frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro. (...) Certo dia, Horácio ligou para Niemeyer e disse: “A casa é sua. Só você pode consertá-la...”. (...)

“É uma bela casa. A varanda larga a completar as salas, convidando-nos a nela ficar com frequência. Dentro, são oito quartos, separados pelas salas, amplas, sem a disciplina e a lógica funcional que os projetos de hoje apresentam (uma das características das casas coloniais). E o telhado a descer com seu galeio natural, adaptando-se à capela que surge no conjunto dominadora, como uma verdadeira igreja.”

Texto editado. Disponível em:
<https://leisecamarica.com.br/maricaense-oscar-niemeyer-e-sua-historia-com-a-cidade/>

01 De que acordo com as informações presentes no texto 1, pode-se afirmar que Niemeyer:

- (A) nasceu em Laranjeiras e foi, bem cedo, viver na Casa de Maricá.
- (B) era neto de Ribeiro de Almeida, o qual não conheceu.
- (C) foi presenteado com a Casa de Maricá por um amigo de juventude.
- (D) viveu na Casa de Maricá construída na antiga fazenda de seu avô.
- (E) casou-se com Annita Baldo, com quem viveu em Maricá.

02 No texto biográfico sobre Niemeyer, a polifonia, isto é, a presença de várias vozes no texto, está evidente:

- (A) na alternância de emprego do tempo passado e do presente em “Estagiou no escritório de Lúcio Costa...” (linha 9) e “É autor de vários projetos importantes...” (linhas 13-14)
- (B) no emprego da terceira pessoa em “Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho, (...) nasceu em 15 de dezembro de 1907...” (linhas 1-3)
- (C) na menção a outros personagens em “Meu avô Ribeiro de Almeida...” (linhas 16-17), “...Horácio de Carvalho, jornalista e dono do Diário Popular.” (linhas 24-25)
- (D) na enumeração em “...frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro.” (linhas 26-28)
- (E) no discurso direto em “...Horácio ligou para Niemeyer e disse: ‘A casa é sua’”. (linhas 28-29)

03 O objeto direto pleonástico, como recurso de ênfase, foi usado em:

- (A) “Já meu avô Niemeyer não o conheci.” (linhas 17-18)
- (B) “Niemeyer ganhou o mundo...” (linha 11)
- (C) “Itália, França, Argélia e até a ONU conheceram os traços desse ousado brasileiro.” (linhas 12-13)
- (D) “...frequentavam o café Lamas, o bilhar, os cabarés da cidade e as noites do Rio de Janeiro.” (linhas 26-28)
- (E) “Só você pode consertá-la...” (linhas 29-30)

04 “Dessa relação teve Anna Maria, sua única filha.” (linhas 6-7) O pronome sublinhado no sintagma “dessa relação” atua na coesão textual:

- (A) remetendo-se à “relação”. (linha 6)
- (B) retomando “Casou-se em 1928 com Annita Baldo”. (linhas 5-6)
- (C) referindo-se ao contexto circunstancial: “em 1928” (linhas 5-6) e “no Rio de Janeiro”. (linha 4)
- (D) indicando a proximidade em relação ao enunciador do texto.
- (E) lançando uma prospecção quanto à “Anna Maria, sua única filha”. (linhas 6-7)

05 Os predicados sublinhados em: “Ele foi juiz de direito em Maricá e depois foi para o Rio.” (linhas 19-20) são:

- (A) ambos nominais, com caráter descritivo.
- (B) respectivamente, verbal, com caráter descritivo, e nominal, com caráter narrativo.
- (C) ambos verbais, com caráter narrativo.
- (D) respectivamente, nominal, com caráter descritivo, e verbal, com caráter narrativo.
- (E) ambos verbais, com caráter descritivo.

06 A regência verbal observada em “...adaptando-se à capela...” (linha 37) é a mesma de:

- (A) “...sem a disciplina e a lógica funcional que os projetos de hoje apresentam...” (linhas 34-35)
- (B) “Ele chegou a ministro do Supremo...” (linha 20)
- (C) “Aos 23 anos foi estudar na Escola Nacional de Belas Artes.” (linhas 8-9)
- (D) “E o telhado a descer com seu galeio natural...” (linhas 36-37)
- (E) “A varanda larga a completar as salas...” (linhas 31-32)

07 É formada pelo processo de composição a palavra:

- (A) ONU.
- (B) projeto.
- (C) Maricá.
- (D) Supremo.
- (E) Sambódromo.

Texto 2



Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/atracao/nosso-oscar-niemeyer/>

08 De acordo com o imaginário popular materializado na imagem, a charge que homenageia Niemeyer tem como tema:

- (A) seu profissionalismo, por causa do diploma enrolado em suas mãos.
- (B) seu ateísmo, por causa do homem cabeludo e barbudo que representa Deus.
- (C) sua falsa modéstia, por causa de sua ideia de fazer projetos superiores aos de Deus.
- (D) seu falecimento, por causa de seu diálogo com São Pedro, o “porteiro do céu”.
- (E) sua preocupação com a estética das cidades, por causa da imagem da Terra.

09 Na fala “Quero uma reunião com seu superior. Preciso apresentar-lhe uns projetos para melhorar aquele lugar ali!”, o elemento que se refere à segunda pessoa, isto é, àquela com quem o enunciador fala, é:

- (A) lhe.
- (B) aquele.
- (C) seu.
- (D) ali.
- (E) uns.

10 A oração sublinhada em “Preciso apresentar-lhe uns projetos para melhorar aquele lugar ali!” expressa:

- (A) fim.
- (B) consequência.
- (C) adição.
- (D) causa.
- (E) explicação.

TÓPICO: Raciocínio Lógico e Noções de Informática

11 Uma padaria criou uma embalagem que comporta 15 empadas ou 20 brigadeiros. Um cliente fez um pedido com 6 empadas e vai completar a embalagem com brigadeiros. A quantidade de brigadeiros que essa embalagem ainda pode comportar é:

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 11.
- (E) 12.

12 Em um grupo de 10 pessoas, cada uma deverá cumprimentar todas as demais com apenas um aperto de mãos. O número de apertos de mãos que serão dados será igual a:

- (A) 45.
- (B) 50.
- (C) 60.
- (D) 75.
- (E) 90.

13 Um pai fez um acordo com seu filho que tinha uma lista de 30 problemas de matemática para resolver, combinando que daria ao filho R\$ 2,00 a cada problema que o filho acertasse; e que o filho daria a ele, pai, R\$ 0,50 a cada problema que errasse. Ao término da tarefa, corrigidas todas as respostas, o filho teve um saldo de R\$ 25,00 a receber. O número de problemas de matemática que esse filho errou foi:

- (A) 8.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 14.
- (E) 15.

14 Observe a seguinte sequência lógica:

A2H B4G C8F D16E

Seguindo a mesma lei de formação, o próximo elemento da sequência será:

- (A) E32D.
- (B) E32F.
- (C) E64D.
- (D) E64E.
- (E) E64F.

15 Uma caixa contém bolas coloridas, todas feitas do mesmo material e de mesmo tamanho, sendo distribuídas pelas cores da seguinte forma: 6 bolas azuis, 4 vermelhas, 8 amarelas, 12 verdes e 10 pretas. A quantidade mínima de bolas que uma pessoa de olhos vendados terá que retirar, de forma que possa garantir ao menos duas de mesma cor, é:

- (A) 40.
- (B) 32.
- (C) 16.
- (D) 12.
- (E) 6.

16 No painel de controle com exibição por ícones pequenos do Windows 7, o acesso direto ao assistente de configuração de rede é realizado por meio:

- (A) da solução de problemas.
- (B) dos programas padrão.
- (C) do Windows Mobility Center.
- (D) dos programas e recursos.
- (E) da central de rede e compartilhamento.

17 Ao apertar a tecla que possui o logotipo do Windows com o Sistema Operacional Windows 7 em funcionamento, será:

- (A) exibido o menu iniciar.
- (B) solicitado o login do usuário.
- (C) exibida a barra de tarefas.
- (D) reiniciado o computador.
- (E) exibido o painel de controle.

18 Avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir sobre a segurança da informação:

- I O firewall normalmente protege a rede interna tanto de ataques externos quanto de ataques internos.
- II A utilização de um firewall isoladamente não garante segurança.
- III O firewall normalmente nega o acesso de usuários não autorizados a um determinado *host* ou arquivo.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) V, V e V.

19 No MS Excel 2016, considere que o usuário acabou de abrir a planilha e digitou na célula C11 o valor 20 e na célula C15 o valor 10. Em seguida o usuário digitou e executou na célula E10 a fórmula = C11 + C15 e, posteriormente, moveu a fórmula da célula E10 pela alça de preenchimento até a célula E11. O resultado, após estas operações, retornará:

- (A) 30.
- (B) 50.
- (C) 0.
- (D) 32.
- (E) 26.

20 No grupo configurar página da guia Layout do MS Word 2016, para ajustar um documento digitado com as configurações de formato A4 e de retrato, devem-se selecionar, respectivamente, as opções:

- (A) tamanho e colunas.
- (B) orientação e tamanho.
- (C) margens e orientação.
- (D) tamanho e orientação.
- (E) orientação e margens.

TÓPICO: Conhecimentos Específicos

21 Na Contabilidade do Setor Público, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A conta Garantias e Contragarantias concedidas está situada num determinado quadro do Balanço Patrimonial e integra um determinado grupo de contas. Trata-se, respectivamente, dos seguintes quadro e grupo de contas:

- (A) dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Atos Potenciais Ativos.
- (B) dos Atos Potenciais Ativos – Passivo Circulante.
- (C) das Contas de Compensação (controle) – Atos Potenciais Passivos.
- (D) do Superávit/Déficit Financeiro – Passivo Circulante.
- (E) Principal – Passivo Não Circulante.

22 Na Contabilidade do Setor Público, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Em relação aos aspectos relativos ao balanço orçamentário, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.
- II O Balanço Orçamentário demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.
- III O Balanço Orçamentário é composto por: Quadro Principal; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados; e Quadro da Execução de Despesas dos Exercícios Anteriores.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) V, V e F.

23 O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. No quadro do Balanço Financeiro, a conta analítica “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” está contida no seguinte item sintético:

- (A) Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária.
- (B) Transferências para o Exercício Seguinte.
- (C) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (D) Saldo do Exercício Anterior.
- (E) Inscrição de Restos a Pagar Processados.

24 O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período. Em relação aos aspectos relativos à Demonstração das Variações Patrimoniais, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão, e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.
- II Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA), pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- III Caso o total das VPA seja superior ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, V e F.
- (E) V, V e F.

25 O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Em relação aos aspectos relativos aos créditos adicionais, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Os créditos especiais complementares são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II Os créditos adicionais extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- III Os créditos adicionais suplementares são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, V e V.

26 Existe um tipo de receita pública que é proveniente da exploração econômica, por parte do ente público, de atividades tais como a venda de produtos pecuários (sêmens, técnicas em inseminação, matrizes, etc.) e de produtos para reflorestamento. A classificação orçamentária desta receita, informando também a classificação de sua procedência, é:

- (A) receita corrente agropecuária – derivada.
- (B) receita de capital agropecuária – originária.
- (C) receita de capital agropecuária – derivada.
- (D) receita corrente industrial – originária.
- (E) receita corrente agropecuária – originária.

27 Há uma classificação orçamentária da despesa que segrega as dotações orçamentárias, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada. Esta classificação foi instituída pelo então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de categorias prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Trata-se da seguinte classificação orçamentária da despesa:

- (A) funcional.
- (B) por estrutura programática.
- (C) por natureza.
- (D) por categoria econômica.
- (E) institucional.

28 O art. 14 da LRF trata especialmente da renúncia de receita, estabelecendo medidas a serem observadas pelos entes públicos que decidirem pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. A espécie mais usual de renúncia que se define como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido tem a seguinte denominação:

- (A) crédito presumido.
- (B) isenção.
- (C) anulação.
- (D) remissão.
- (E) anistia.

29 No âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o fornecimento aos usuários de informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle da sociedade, constitui o que se denomina por:

- (A) objeto.
- (B) função social.
- (C) objetivo.
- (D) metassíntese.
- (E) missão.

30 O ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, recebe a seguinte denominação:

- (A) Gestão Financeira Pública.
- (B) Contabilidade do Patrimônio Público.
- (C) Gestão Patrimonial Pública.
- (D) Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- (E) Gestão Orçamentária Pública.

31 O orçamento público é caracterizado por possuir uma multiplicidade de aspectos. Seu conceito tem sofrido significativas mudanças ao longo do tempo. Em relação aos aspectos relativos ao orçamento público tradicional, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I No orçamento tradicional o aspecto econômico tinha posição secundária.
- II Neste modelo de orçamento, o equilíbrio financeiro impunha-se naturalmente.
- III No plano técnico, o orçamento tradicional não se valia de linguagem contábil e adotava uma classificação que dificultava o controle de despesas.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

32 A prática formal da técnica do Orçamento-Programa no Brasil e na América Latina, inadvertidamente, pouco a pouco está perdendo seus propósitos fundamentais. Em relação aos aspectos relativos ao Orçamento-Programa, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises políticas das alternativas possíveis.
- II O Orçamento-Programa é, em todos os aspectos, o mesmo que o orçamento de desempenho, experimentado no EUA.
- III As medidas de desempenho constituem-se em elementos essenciais do Orçamento-Programa.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

33 No fim do século passado ocorreram importantes aperfeiçoamentos na técnica orçamentária, cujas normas passaram a prever planos estratégicos plurianuais para cada agência governamental, planos anuais de desempenho do governo, bem como orçamentos anuais de desempenho. Em relação aos aspectos relativos ao orçamento de desempenho, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Para o orçamento de desempenho o que mais importa são os resultados alcançados.
- II O novo orçamento de desempenho ainda carece de instrumentos que permitam a responsabilização dos agentes.
- III Neste orçamento destaca-se uma nova categoria de objetivos de desempenho: os produtos, em termos econômicos e sociais.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e V.

34 Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Há um princípio, estabelecido de forma expressa no caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determinando que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Existe também outro princípio estipulado de forma literal, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, que delimita o exercício financeiro orçamentário ao período de tempo durante o qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Trata-se, respectivamente, dos seguintes princípios orçamentários:

- (A) universalidade – anualidade.
- (B) periodicidade – unidade.
- (C) exclusividade – anualidade.
- (D) anualidade – periodicidade.
- (E) publicidade – periodicidade.

35 Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Com relação aos ativos intangíveis, a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso, denomina-se:

- (A) patente.
- (B) ciência.
- (C) prototipagem.
- (D) tabulação.
- (E) desenvolvimento.

36 O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, que deve ser realizado por meio de lei. Nele, são identificados as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte. O projeto do PPA é encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de cada governo, mas ele só começa a valer no ano seguinte. Sua vigência vai até o final do primeiro ano do governo seguinte. Em relação aos aspectos relativos ao PPA, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I As despesas correntes ocupam um lugar central na concepção do PPA.
- II Vincula-se ao conteúdo do PPA a questão da integração deste com os demais planos da Administração Pública.
- III Como se trata de um instrumento de grande abrangência, o PPA não pode estabelecer de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

37 O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte e orienta a elaboração do Orçamento. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano. Em relação aos aspectos relativos à LDO, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Não integram a LDO as regras que estabelecem a política das agências financeiras oficiais de fomento.
- II Na LDO deverão constar limites para a elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- III Na LDO deverão constar os parâmetros para a iniciativa de lei de fixação das remunerações no âmbito do Poder Legislativo.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

38 A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Em relação aos aspectos relativos à LOA, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I A iniciativa da apresentação do projeto de lei orçamentária é privativa do Chefe do Poder Legislativo.
- II No processo de apreciação da LOA não poderão ser admitidas emendas que alterem a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada a inexatidão da proposta.
- III A aprovação do orçamento é formalizada por meio dos seguintes atos: decretação, sanção e promulgação.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

39 No Brasil, o exercício financeiro tem duração de doze meses e coincide com o ano civil. Em relação aos aspectos relativos à execução orçamentária e financeira, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Na fixação da programação financeira não devem ser considerados os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias.
- II A inflexibilidade deve ser a principal característica da programação de desembolso.
- III Após a aprovação da lei orçamentária, em nenhuma hipótese o cronograma de desembolso poderá ser alterado.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e F.

40 A frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados. A opção que contém uma declaração verdadeira sobre a reavaliação de um ativo intangível é:

- (A) O método de reavaliação permite a reavaliação de ativos intangíveis que não tenham sido previamente reconhecidos como ativos.
- (B) O valor justo deve ser apurado em relação a qualquer situação de mercado.
- (C) Caso um item de uma classe de ativo intangível não possa ser reavaliado porque não existe um mercado ativo para ele, o mesmo deverá ser mensurado pelo custo mais a amortização acumulada.
- (D) O método de reavaliação permite o reconhecimento inicial de ativos intangíveis a valores diferentes do custo.
- (E) Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação, menos qualquer amortização acumulada.

41 A redução ao valor recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. Se o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil, este deverá ser:

- (A) exaurido.
- (B) amortizado.
- (C) baixado.
- (D) depreciado.
- (E) ajustado.

42 A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. A opção que contém uma declaração verdadeira sobre a depreciação de um ativo intangível é:

- (A) A amortização não deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.
- (B) A amortização não deve cessar na data em que o ativo é baixado.
- (C) O método de amortização deve refletir o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo são esperados a serem consumidos pela entidade.
- (D) A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do passivo.
- (E) A amortização deve apenas ser reconhecida no resultado em caso de prejuízo.

43 Uma situação em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos, e em contrapartida entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca, configura o que na contabilidade pública se denomina:

- (A) transação sem contraprestação.
- (B) variação patrimonial extravagante.
- (C) baixa imprópria.
- (D) erro de lançamento.
- (E) fato contábil impróprio.

44 As obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto, recebem a seguinte denominação:

- (A) fundos de reserva.
- (B) passivos contingentes.
- (C) erro ou omissão.
- (D) provisões.
- (E) aportes ocasionais.

45 Suponha que uma entidade do governo tenha desobedecido a uma lei ambiental, mas não está claro se algum dano foi causado ao meio ambiente. Tal situação configura, em termos contábeis:

- (A) a necessidade de provisão imediata.
- (B) um passivo contingente.
- (C) o que se denomina por passivo operacional.
- (D) um fato fortuito.
- (E) a necessidade de baixa contábil.

46 Ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Em relação aos aspectos relativos aos ativos contingentes, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas.
- II Os ativos contingentes deverão ser reavaliados continuamente para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis.
- III Para cada classe de ativo contingente, a entidade deve evidenciar, em notas explicativas, uma descrição da natureza do ativo contingente.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e V.
- (D) F, F e F.
- (E) F, V e F.

47 O valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas, ou conhecedoras do mercado, denomina-se:

- (A) intrínseco.
- (B) de reposição.
- (C) patrimonial.
- (D) contábil.
- (E) justo.

48 Relativamente aos procedimentos contábeis a serem adotados com relação aos ativos imobilizados, é correto afirmar:

- (A) Os procedimentos de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados não devem ser aplicados para um prédio histórico usado como escritório.
- (B) Ao fim da depreciação, da amortização e da exaustão, o valor líquido contábil deve ser igual ao valor residual.
- (C) O fator de correção do ativo imobilizado é o montante gasto ou o valor necessário para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção.
- (D) O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor contábil de registro.
- (E) Aplicando o critério do valor do conjunto, a entidade avalia todas as suas receitas de ativos imobilizados no momento em que elas são incorridas.

49 A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Em relação aos aspectos relativos à Demonstração dos Fluxos de Caixa, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I A DFC pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.
- II A DFC identificará o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.
- III Na DFC os Ingressos das Operações compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

50 A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade. Em relação aos aspectos relativos à Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas.

- I Dentre os itens demonstrados na DMPL podem-se citar os ajustes de exercícios anteriores.
- II A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- III A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.